

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAL DE CIMA



PREFEITURA MUNICIPAL DE
CURRAL DE CIMA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

DIÁRIO OFICIAL

CURRAL DE CIMA – DIÁRIO OFICIAL - 17 DE NOVEMBRO DE 2025

LEI Nº 319 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025.

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO
MUNICÍPIO DE CURRAL DE CIMA/PB A
CONCEDER SUBVENÇÃO FINANCEIRA À
ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES
RURAIS DO ASSENTAMENTO JARDIM, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CURRAL DE CIMA,
Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pela Lei Orgânica Municipal aprova e ele
sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder
Executivo autorizado a conceder Subvenção à
Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento
Jardim, localizada na zona rural do município de Curral
de Cima, inscrita no CNPJ nº 10.685.420/0001-02, para
fins de aquisição de materiais e equipamentos da
cozinha comunitária da comunidade, no valor de R\$
31.919,83 (trinta e um mil, novecentos e dezenove
reais e oitenta e três centavos).

Art. 2º A subvenção será repassada
através de depósito bancário diretamente na conta
corrente da Associação, que deverá, no prazo
improrrogável de 30 (trinta) dias após a aquisição dos
materiais e equipamentos, prestar contas das despesas
ao Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de
Curral de Cima/PB.

Art. 3º A entidade beneficiada
deverá apresentar a prestação de contas ao Setor de
Contabilidade do Município, mediante entrega de
relatório circunstanciado das despesas realizadas,
acompanhado de notas fiscais, recibos e extratos
bancários.

Art. 4º O Setor de Contabilidade da

Prefeitura Municipal de Curral de Cima decidirá pela
regularidade ou não da prestação de contas
apresentada pela comissão.

Parágrafo primeiro – Decidindo o
Setor de Contabilidade pela irregularidade da
prestação de contas, caberá recurso em segunda
instância ao Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo segundo – A não
prestação de contas no prazo legal ou a manutenção
da decisão de irregularidade da prestação de contas
em grau de recurso, acarretará o impedimento à
Associação de receber novas subvenções, pelo prazo
de 2 (dois) anos, bem como responder judicialmente
pela omissão.

Art. 5º As despesas decorrentes da
execução desta Lei correrão por conta de dotação
orçamentária própria, consignada na Lei Orçamentária
Anual, podendo ser suplementada se necessário.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua
publicação.

**Gabinete do Prefeito de Curral de Cima – PB, em
17 de novembro de 2025.**

Adjmir Souza da Silva
Prefeito